

Maria Helena Capelato

S. Paulo, 6/11/81
Bibliotecária

**O MOVIMENTO DE 1932
A CAUSA PAULISTA**

brasiliense  1981

OS TEMAS BÁSICOS DO MOVIMENTO DE 32

Os valores difundidos na mobilização ideológica se articulavam em torno de dois temas básicos: a luta por *São Paulo* e a luta pela *Ordem*.

Esses dois aspectos do Movimento já tinham sido por nós mencionados quando analisamos a participação dos representantes do jornal *O Estado de S. Paulo* em 32. (M. H. Capelato, M. L. Prado — *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o Jornal "O Estado de S. Paulo"*). Cabe agora procurar entender o significado de cada um deles no contexto global da luta.

Por São Paulo

"São Paulo é a locomotiva que puxa os vagões velhos e atrasados da Federação." (Oswald de Andrade, *Marco Zero*)

"A Revolução de 30, feita em nome do Brasil, era contra São Paulo; 32 será a Revolução de São Paulo pelo Brasil." Essa imagem, fabricada pelos articuladores do Movimento, foi amplamente divulgada.

Em 32, a classe dominante paulista, não mais cindida como nos anos anteriores, lutou por seus interesses aos brados de "Viva São Paulo" e "Viva o Brasil".

Uma vez mais universalizando o particular, dizia-se que "São Paulo desafia a ditadura em nome do Brasil, combate-a em nome da lei e há de vencê-la em nome da civilização... São Paulo em pé de guerra não é São Paulo, é o Brasil. Para falar em nome do Brasil basta a São Paulo a grandiosidade do seu progresso, o esplendor da sua cultura, a pujança do seu civismo. Para falar em nome do Brasil, basta a São Paulo o ser São Paulo" (*A Platéia*, 19/7/1932).

Os adversários do Movimento, por outro lado, construíram a imagem de uma "luta separatista na qual São Paulo se levanta contra a Nação".

Por trás dessas acusações recíprocas se situavam desavenças entre os interesses dominantes paulistas e a nova política que vinha sendo posta em prática pelo Governo Provisório.

Em razão dessas disputas, a historiografia explicou o Movimento de 32 como um momento de luta entre as "oligarquias de São Paulo" e o "movimento tenentista", sem levar em conta que a política que vai se definindo no pós-30 não significa simplesmente a concretização das propostas dos "tenentes", mas res-

ponde aos interesses de setores da classe dominante em outros Estados do país.

Para maior compreensão dessas desavenças, é preciso recuarmos ao período que antecede à Revolução de 30, esclarecendo que, naquele momento, os "revolucionários" combatiam as "oligarquias", identificadas como as forças retrógradas da nação. Uma visão dualista do social contrapunha o setor agrário-feudal, antinacional (as oligarquias), ao setor moderno, corporificado na burguesia nacional, classe média e parte do proletariado, apontadas como as forças ativas da sociedade.

Através dessa idéia, apontava-se para a necessidade de superação do atraso, o que só seria possível com a centralização e fortalecimento do Estado, e com a adoção de medidas nacionalizantes.

Nessa época, a fração da classe dominante paulista (PD) que se opunha às oligarquias (PRP) por conveniências do momento, fez alianças com os "revolucionários" que defendiam propostas contrárias, muitas delas, a seus interesses.

Vitoriosa a Revolução de 30, as diferenças não tardaram a vir à tona. A oposição paulista não realizava seus anseios de estar à frente do Governo do Estado, e não aceitava a política do Governo Provisório. Nessa medida, viu-se na contingência de se aliar a seus inimigos de outrora para lutar contra a centralização do poder e pela "volta da autonomia de São Paulo", pregando então a "união de São Paulo" contra a "humilhação de São Paulo".

Nessa luta, reativou-se a versão espacializada do

binômio atrasado/adiantado, que nos anos anteriores já imprimira sua marca na ideologia da classe dominante paulista.

Através desse imaginário, São Paulo representava o moderno, em oposição aos outros Estados (do Norte e Nordeste principalmente), expressões do atraso. Embasados nas teorias evolucionistas e nas doutrinas organicistas, justificavam as diferenças regionais e apontavam o caminho a ser seguido para vencer o atraso.

Alegava-se que "a formação regional evolui diferentemente, e este ritmo evolutivo estabelece forçosamente uma hierarquia entre os Estados brasileiros... É um fenômeno espontâneo que se reproduz dentro da sociedade e entre os indivíduos. Como não existe igualdade entre os homens, não existe também entre as comunidades e na política... O que se verifica entre os indivíduos dentro de uma sociedade, o que acontece entre as nações no cenário do mundo, é o que sucede entre os Estados dentro da Federação Brasileira" (Vivaldo Coaracy, citado por E. Carone, *op. cit.*).

Argumentava-se também que, segundo o princípio biológico da reprodução dos organismos aplicado à Sociedade, quando cada uma das unidades atingisse um grau maior de desenvolvimento, acabaria por se emancipar. Diante disso, só restava "deixar a cada Estado o direito de aproveitar a sua capacidade de progresso na ampliação de sua autonomia... Os mais fortes impelirão e elevarão os mais débeis. E, livres, mas unidos, marcharão conjuntamente para

diante e para o alto" (Rubens do Amaral, "A Unidade Nacional", *Correio de S. Paulo*, 17/6/1932).

Na defesa da autonomia de São Paulo alegava-se que "a contribuição de São Paulo ao governo federal representa 40% da renda global da nação e somente 5% da renda federal beneficia São Paulo". Além disso, o livre trânsito dos produtos nacionais, sem impostos ou restrições alfandegárias, só poderia beneficiar os outros Estados: "Riqueza que circula é riqueza que se multiplica. Com ela virá a cultura, virá a higiene, virão as condições em que os povos crescem e se nobilitam" (Rubens do Amaral, *op. cit.*). Como exemplo a comprovar a justeza dessas afirmativas, lembrava-se que "antes de 30, o resto do Brasil teve um saldo com o comércio de cabotagem de Santos de quase 400 mil contos" (*Manifesto Confederacionista*).

No combate ao regime unitário, que anulava a livre ação política e econômica de São Paulo, as posições variaram.

Os mais radicais defendiam a idéia de separação. A carta de Monteiro Lobato a Valdemar Ferreira (Secretário da Justiça e Segurança Pública do Governo Constitucionalista de São Paulo) justifica essa primeira posição.

Referindo-se às leis fiscais e medidas econômico-financeiras do Governo Federal, o autor afirmava: "São Paulo, criador de riquezas que é, não pode deixar a riqueza que já criou, e a que está habilitado a ir criando, à mercê da pilhagem sistemática e crescente que, por meio do governo central,

note!



C. Amaro

Ilustração de Belmonte publicada com a legenda: "O mais soberbo espetáculo de generosidade, civismo e renúncia está representado na campanha do ouro. As proporções das ofertas, absolutamente espontâneas, sem esperança de compensação, superam os cálculos..."

o resto da Federação vem procedendo... Após a vitória de São Paulo na campanha ora empenhada, se faz mister que seus dirigentes não se deixem embalar pelas idéias sentimentais de brasilidade, irmandade, e outras sonoridades. O Norte inteiro é nosso inimigo instintivo. O Rio Grande não é amigo. Minas cuida de si. O fato de sermos irmãos não implica amizade e apoio. Temos de nos guardar de todos esses irmãos... Convençamo-nos de que só há dois caminhos na vida; ser martelo ou bigorna, boi de corte ou tigre... transforme-se São Paulo em tigre. Faça-se todos os dentes e garras afiadíssimas, antes que a linda idéia romântica de brasilidade o reduza a churrasco" (Hélio Silva, *op. cit.*).

Outros, mais moderados, eram favoráveis à Federação. Contra ela se opunham os "confederacionistas", argumentando que a Constituição de 1891 estabelecia o Regime Federativo, e com isso dera margens a uma exacerbação do presidencialismo, causa dos males da Primeira República.

Para esses adeptos da Confederação, esse tipo de regime possibilitava a nivelção de todos os Estados, e a diferença entre ele e o unitarismo residia no fato de que a "Confederação eleva os Estados ao mesmo plano político do mais forte, enquanto o unitarismo nivela o Estado mais forte aos de pequena importância" (*Manifesto Confederacionista*).

A classe dominante do "Estado mais forte da União" não podia aceitar um regime político que punha restrições à sua autonomia, o que redundava em empecilhos ao pleno desenvolvimento de suas ri-

quezas e de seu progresso, segundo se afirmava. "Com a centralização que o Governo Provisório pretende, São Paulo deixará de ser o que é, caindo das alturas econômicas a que, pelo seu esforço e pela sua capacidade de trabalho, conseguiu subir" (*O Estado de S. Paulo*, 27/2/1932).

Os pressupostos do liberalismo fundamentavam a luta contra a intervenção do Estado na economia e na política. Com base neles, separatistas, federalistas e confederalistas combateram o centralismo e a tendência unificadora do Governo Provisório.

A classe dominante paulista queria recuperar a autonomia de São Paulo, mesmo porque com isso seria possível readquirir o controle do Estado.

As desavenças que justificaram a "luta por São Paulo" sugerem a existência de dois projetos antagônicos contendo interesses divergentes, quer no nível econômico, no político e mesmo no social. Há, porém, entre eles um núcleo comum.

No projeto dos liberais paulistas, o progresso e a superação do atraso adviriam da autonomia e livre iniciativa dos Estados. No Projeto do Governo Provisório privilegiava-se o papel do Estado como elemento impulsionador do progresso, e por essa razão se defendia a centralização do poder, o regime unitário.

Uma concepção evolucionista da história, que toma como modelo os países desenvolvidos, orienta os dois projetos. Neles também está presente, ainda que com enfoques diversos, a imagem do atrasado/adiantado.

Em ambos, o que conta é a superação do atraso, para chegar ao desenvolvimento: *ai se daria a plena realização do capital — ponto terminal do progresso.*

Havia divergências entre os dois projetos, mas os interesses neles contidos não eram *contraditórios*.

“Pela Ordem”

“Havia receios, principalmente do povinho nas ruas, trabalhado por agentes subversivos. Imagine se a escumalha, sem rei nem roque, leva a sério essa pantomima de Revolução? Que faremos nós que temos alguma coisa a perder ou a ganhar, para arrancar os fuzis e as metralhadoras de suas garras? Já pensou no perigo de uma patuléia?” (Afonso Schmidt, *A Locomotiva*)

No período que antecede o movimento de 32, havia uma constante referência à instabilidade social. O perigo comunista estava presente em todo discurso da época; contra ele, faziam-se alertas na imprensa, no rádio, nas falas dos oradores.

Ao lado da “luta por São Paulo”, o anticomunismo foi a tônica do movimento que pretendia restabelecer e consolidar a *Ordem* ameaçada por “agitadores extremistas”. O anticomunismo, porém, não era um privilégio paulista. Em São Paulo, vociferava-se contra os comunistas que tinham se apossado do Brasil; lá fora, diziam que os comunistas tinham se apossado de São Paulo.

Para Getúlio Vargas, os propósitos de 32 tinham um caráter francamente reacionário, e a guerra paulista era explicada a partir da ambição de predo-

mínio de São Paulo sobre os demais Estados da Federação. Os representantes do Clube Três de Outubro (os tenentes) se referiam a São Paulo como “a asa negra da Revolução, o reduto do reacionarismo”. No entanto, as tropas de Getúlio foram mobilizadas para lutar contra um movimento “comunista” e “separatista”.

Em São Paulo, o início do alerta contra o perigo comunista data da Interventoria de João Alberto. Afiançando ser contrário à implantação do comunismo no Brasil, advertia que não iria incomodar os que se ocupassem de estudos especializados sobre o assunto. Logo mais, por solicitação de Plínio Melo, Josias Carneiro Leão e Luís de Barros (seu irmão), João Alberto autorizou a legalização do Partido Comunista Brasileiro — o interventor não via riscos nessa medida, pois considerava que “o comunismo entre nós está em franca decadência”.

O Bureau Político do PCB divulgou uma nota em que condenava o decreto de João Alberto. Classificou Plínio Melo, Josias Carneiro e Luís de Barros como “renegados” e elementos pequeno-burgueses, “alguns dos quais já há muito expulsos do Partido” (J. W. Foster Dulles, *Anarquismo e Comunismo no Brasil*).

Se a medida desagradou aos membros do Partido, muito mais insatisfeita se mostrou a classe dominante paulista, que se insurgia também contra as posições do interventor no que dizia respeito à questão social.

Os membros da Legião Revolucionária passa-

ram a ser taxados de “extremistas”, além do que se estabeleceu uma relação entre “extremismo” e “ditadura”, sendo esta responsabilizada pela instabilidade social:

“a ditadura, na sua volúpia de destruição, procura armar os pobres contra os ricos, os operários contra as outras classes, o Norte contra o Sul e o Brasil contra São Paulo, pouco se lhe dando se adviesse a subversão total da sociedade e a destruição da ordem jurídica” (*O Estado de S. Paulo*, 27/8/1932).

Diante de uma ameaça de tal natureza, afirmava-se que

“o Brasil só se salvará se houver união entre seus filhos, entre os vencedores e vencidos da Revolução que ainda não se transviaram para a loucura bolchevista. Pouco importa, ao menos para nós, que, passada a tormenta e salvo o Brasil, o poder vá para as mãos dos políticos de antanho. O que nos cumpre, do mais humilde cidadão ao chefe do Governo, é salvar o Brasil da anarquia” (*O Estado de S. Paulo*, 14/5/1932).

A situação justificava, pois, a aliança dos antigos adversários, o PD e o PRP. A recomposição da unidade da classe dominante se deu não apenas em função da luta de São Paulo contra a “ditadura”, mas também para fazer frente a quaisquer tentativas

de mudança social.

Nessa empresa uniram-se não só as frações dissidentes dos setores agrários, mas também os representantes do comércio e da indústria, efetivando-se a “união das classes conservadoras”, os articuladores do movimento de 32. Deles partiram as iniciativas de mobilização social em defesa da Ordem, contra o comunismo.

A “grande imprensa” paulista, como representante do pensamento dessa classe, não cessou de expressar as manifestações de repúdio ao comunismo.

Os jornais católicos, expressão do pensamento mais conservador da época, muito se empenharam nessa luta, dando destaque à “vigorosa colaboração que todas as classes sociais prestam ao movimento de libertação de São Paulo. Trata-se de uma solidariedade impressionante que bem evidencia a repulsa de São Paulo aos métodos do governo socialista do Coronel João Alberto... São Paulo tem uma consciência cívica norteada principalmente pelo sentimento de ordem e da disciplina social” (*O Século*, 17/7/32).

A reação mais ferrenha ao comunismo se evidencia em artigo publicado nesse mesmo jornal, onde se sugeria que o movimento armado de São Paulo tivesse como distintivo a cor branca: “Na Revolução Francesa, o azul indicava os republicanos, repletos de espírito satânico com que demoliram o trono e pretenderam destruir o altar. O branco era a cor dos exércitos reacionários partidários da ordem e da disciplina social. Na revolução bolchevista da Rússia, o

vermelho era a cor dos comunistas. Os anticomunistas adotaram o branco. Na revolução brasileira, o vermelho foi a cor com que um grupo de militares subornado por Moscou assaltou São Paulo, com a cumplicidade dos elementos da Aliança Liberal e a ingênua colaboração de muitos elementos paulistas de elevado valor moral.

“É necessário que o atual movimento armado que São Paulo chefia tenha por distintivo a cor branca, que encarna o espírito legalista, em flagrante oposição ao famoso ‘espírito revolucionário’” (17/7/1932).

Através da imprensa, o presidente do Instituto do Café conclamou os lavradores a participarem da luta em defesa da *Ordem*:

“Lavradores!

“Os desmandos da ditadura... são as melhores armas de que se servem os aventureiros internacionais, desejosos de implantar na terra acolhedora de Santa Cruz os horrores do comunismo.

“Lavradores!

“De pé e para a frente, de armas na mão e dispostos a todos os sacrifícios na defesa do nosso lar, dos vossos bens, na defesa sacrossanta da terra de Piratininga e da Pátria Brasileira” (*Diário Nacional*, 12/7/1932).

A classe dominante paulista fazia apelos ao “povo”, aos “paulistas” para que participassem do Movimento. A classe média respondia a esses apelos genéricos, e foi amplamente mobilizada em 32. Como diz Paulo Sérgio Pinheiro (“*Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política*”), a classe média desse período não possuía um projeto político autônomo, ficando atrelada à classe dominante ou indo a reboque dela. Nesse sentido, as convocações para a defesa da legalidade, da *Ordem*, que, em última instância, significavam manutenção do *status quo*, contaram com a sua colaboração mais expressiva.

Cabe, no entanto, a questão: por que a chamada para o *Ordem* (uma das tônicas do movimento de 32, como se viu), teria conseguido arregimentar grande parte da população paulista?

Como dissemos anteriormente, a classe dominante, em sua luta contra a “ditadura”, responsabiliza-a por uma situação de desordem, caos e instabilidade social, ao mesmo tempo em que aponta para um perigo: o comunismo.

Como bem diz Marilena Chaui, o termo “comunista” no Brasil não tem um sentido preciso, mas possui um amplo espectro de significações (Marilena Chaui, “Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira”).

Em 32, foram acusadas de comunistas tanto as forças de Getúlio quanto as de São Paulo. O anti-comunismo não representa, no entanto, uma simples bandeira de luta sem qualquer significação. Se não

Paulo, é preciso dizer que esse grupo também não tinha grande força. Os anarco-sindicalistas, tanto quanto as outras organizações, estavam enfraquecidos e desorganizados, apesar de terem fundado o Comitê Operário de Organização Sindical e de estarem empenhados na organização dos sindicatos operários paulistas.

A Federação Operária de São Paulo fora reativada, mas os tecelões e operários da construção civil, convocados especialmente pelo Comitê, não corresponderam às expectativas dos anarco-sindicalistas, pois acabaram ficando sob influência de José Righetti, elemento próximo da Legião Revolucionária de Miguel Costa.

Os movimentos de organização operária estavam enfraquecidos. As greves e protestos foram, no entanto, intensos nesse período.

Edgar Carone (*op. cit.*) descreve a situação da classe operária dessa época, e mostra como, em virtude da situação econômica do país, o número de desempregados em São Paulo, Minas e Rio era bastante elevado. Diante dessa realidade, Vargas chegou a sugerir aos operários que retornassem ao campo com assistência oficial. Contra isso, protestou a direção do PC.

Os patrões forçaram a baixa de salários. Em São Paulo, o operário têxtil, que ganhava 10\$206, passava a receber 7\$820. As greves se iniciam.

Para fazer frente às dificuldades, o Governo Provisório acabou pondo em prática a idéia, já anunciada em seu discurso de posse, de intervir no movi-

mento operário.

Foi criado o Ministério do Trabalho, tendo à frente Lindolfo Collor. Em seu discurso de posse, o novo ministro deixou explícita a posição do governo com relação à questão social: "Não há nenhuma classe, seja proletária, seja capitalista, que possa pretender que seus interesses valham mais do que os interesses da comunhão social. O Brasil primeiro, depois os interesses de classes (...) É tempo de substituímos ao velho e negativo conceito de luta de classes o conceito novo, construtor e orgânico da colaboração de classes" (Edgar Carone, *op. cit.*).

Em 19 de março de 1931 foi assinado o decreto que regularizava as sindicalizações das classes patronais e operárias, tendo ficado aí estabelecido que o funcionamento dos sindicatos ficaria sob controle do Estado.

Comunistas, anarquistas e trotskistas repudiaram a nova lei.

Em meados de 1931, Lindolfo Collor esteve em São Paulo e, segundo Edgar Carone, foi vaiado pelos trabalhadores descontentes com as referidas medidas.

As promulgações de leis sociais se sucederam entre 1931 e meados de 1932. Foram regulamentados o trabalho feminino, o trabalho de menores, o horário de trabalho no comércio e na indústria e foi assinado o decreto da Carteira Profissional.

No entanto, grande parte das reclamações acabaram permanecendo sem resposta, as greves continuavam, e o controle social tornava-se ao mesmo

Note! / Note! / Note!
 certo!
 sindicatos!

tempo cada vez mais rígido.

O Socorro Vermelho Internacional, ligado à Internacional Comunista, declarou que "no 1º de maio de 1931 Vargas mandara abater, nas ruas do Rio de Janeiro e Recife, as massas operárias em manifestações públicas... Mais de 100 legítimos representantes da classe operária pertencentes aos sindicatos, à Federação Geral dos Trabalhadores e ao PC foram encarcerados ou proscritos do país. Os prisioneiros são espancados pela polícia como cães danados" (J. E. Dulles, *op. cit.*).

Em março de 1932, João Alberto assumiu a chefatura de polícia do Rio de Janeiro, e a partir de então deu violento combate ao comunismo.

Nesse ano houve um movimento ascensional de greve, principalmente em São Paulo e Distrito Federal. Ocorreram 19 greves na capital de São Paulo e 5 no interior; foi esse o ano de maior número de greves na década de 30.

A idéia de uma greve geral tomava corpo. Membros do PC procuravam intensificar a agitação social, contando com o apoio das "facções vermelhas" do PCB no interior dos sindicatos dos ferroviários, sapateiros, metalúrgicos, condutores de veículos, hoteleiros e outros.

Os gráficos, sob influência dos trotskistas, aderiram à greve. A adesão mais problemática era a do sindicato dos tecelões, cujo secretário era José Righetti, o companheiro de Miguel Costa. Mas estes acabaram participando do movimento.

A 11 de maio, mais de 100 000 operários têxteis

entraram em greve, num clima tenso de violentos conflitos com a polícia. A greve alastrou-se e foi geral em São Paulo, durando mais de 30 dias. Reivindicou-se aumentos salariais, cumprimento das leis sociais, burladas constantemente pela classe patronal, e houve manifestações de solidariedade aos operários despedidos.

Após os episódios de 23 de maio, a luta política se radicalizou; o novo Secretariado paulista passou a agir de forma ainda mais repressiva contra os "agitadores comunistas".

A reunião pública convocada pelo comitê de greve, na sede da União dos Trabalhadores Gráficos, foi invadida pela polícia, que dispersou a multidão e prendeu vários líderes, dentre os quais Basbaum, Righetti, Moreno, Grazini e Caetano Machado. Como disse Basbaum, "a greve fora esmagada a ferro e fogo" (*op. cit.*).

No início de junho várias reivindicações foram atendidas. Muitos trabalhadores foram a seguir despedidos, e os líderes acabaram sendo presos.

* * *

A intensa atuação da classe operária explica a intranqüilidade da classe dominante paulista. A *Ordem*, um dos lemas da Revolução Constitucionalista, se reveste, então, de amplo significado.

Claro está que a política do Governo Federal visava a neutralização das lutas sociais. As medidas adotadas representavam uma tentativa de controle

da classe operária e além disso não se pode esquecer que a repressão aos movimentos sociais foi uma constante nesse período. As classes conservadoras paulistas discordavam, contudo, do encaminhamento que vinha sendo dado à questão social.

Calcados nos princípios liberais, manifestaram-se contra a interferência do Estado nas relações entre as classes e foram contra a legislação social.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, invocando a agitação operária, telegrafou ao ministro do Trabalho pedindo-lhe que “sustasse provisoriamente em São Paulo a execução das leis sociais desse Ministério... Modificações dessa ordem podem ser feitas com sucesso em quadras normais, mas apresentam perigos cuja extensão V. Exa. poderá imaginar em quadras como a atual, de inquietações e desconfianças. Acedendo ao nosso pedido, haverá V. Exa. contribuído fortemente para a debelação da crise política e social...”

A resposta do ministro (2/6/1932) foi negativa, demonstrando que o governo, ao decretar aquelas leis, teve a nítida compreensão da sua necessidade, e que, “assegurando esses direitos, desaparecerá o mal-estar reinante” (Edgar Carone, *op. cit.*). A recusa por parte do Governo Federal em protelar a aplicação das leis sociais explica por que, em São Paulo, se responsabilizava a “ditadura” pelas agitações sociais.

Não é por acaso que a situação se radicalizou em São Paulo. As divergências em torno da tendência unificadora do poder central, as lutas pela conquista

do poder no Estado (PD), eram agravadas pela situação de instabilidade social e pelas posições que o Governo Federal assumia diante delas.

Não se pode esquecer que nesse Estado se concentrava o maior número de indústrias, e, conseqüentemente, o maior contingente operário. Daí ter ocorrido em São Paulo uma agitação social mais intensa. Não é também por acaso que os industriais paulistas — a fração da classe dominante que se sentia mais diretamente atingida, tanto pelas medidas do Governo Federal como pelas lutas operárias — tenham desempenhado um papel de grande destaque no movimento de 32.

Durante os três meses de luta armada, não havia menções à classe operária. Não se descuidou, contudo, da vigilância nas fábricas e da repressão aos líderes do movimento operário. A imprensa ia noticiando, pouco a pouco, a prisão de agitadores. Em 14/9/1932, o *Diário Nacional* revelou, com grande destaque, a captura de 36 comunistas, que, “alentados pelas autoridades ditatoriais, agiam à vontade em São Paulo”. O texto que acompanha a notícia reveste-se de especial importância para ilustrar os métodos repressivos que foram adotados com o intuito de aniquilar os movimentos operários:

“São Paulo inteiro não ignora que foi à sombra da Ditadura que as doutrinas extremistas encontraram campo para sua expansão. Contando com a complacência das autoridades, sua dissimulada indiferença, os comunistas prepararam-

se para o grande golpe que pretendiam desferir contra nossa grandeza, contra nosso patrimônio. Agitando de todas as maneiras para implantar o terror, faziam em larga escala, nas fábricas, nas escolas criadas para filhos de operários, nas associações de classes, nos boletins e jornais impressos ou mimeografados, a propaganda subversiva.

“Em 23 de maio, depois que o povo paulista conquistou na praça pública, derramando seu sangue, o seu próprio governo, essa situação modificou-se. Uma das primeiras providências tomadas pelo Delegado da Ordem Política e Social de acordo com o chefe de polícia, Dr. Thyrso Martins, foi a organização de turma especializada para a repressão ao bolchevismo, aumentando-se, ao mesmo tempo, o quadro de inspetores daquele Departamento. Iniciou-se dali a campanha contra os estipendiados de Moscou. Que a colheita foi boa, prova-o a relação que abaixo publicamos, das prisões desde os últimos dias de maio.

“Foi necessário um trabalho sem tréguas contra esses aliados dos inimigos de São Paulo, pois, como afirmou com admirável felicidade o Arcebispo Metropolitano D. Duarte Leopoldo e Silva, ‘A herva daninha do comunismo, trouxe-a para São Paulo a mochila de certos próceres de 1930’.

“Turmas de agentes foram destacadas para percorrer, altas horas da noite, os diversos bairros

da capital, onde os agitadores colocaram bandeiras vermelhas e faziam distribuição de boletins. Outras turmas ficaram encarregadas de vigiar os horários de entrada e saída dos operários dos estabelecimentos industriais.

“E enquanto a Ditadura propala não só no Brasil, como no Exterior, que a Revolução Paulista é de caráter comunista, a Polícia, num combate sem tréguas, prende 36 agitadores, entre estrangeiros e maus brasileiros, e mesmo 4 mulheres.

O historiador, quando mais tarde tiver que comentar esse capítulo glorioso da terra dos bandeirantes, terá asco e vergonha dos manejos de que os inimigos de São Paulo, invejosos de sua pujança, lançaram mão, iludindo os ingênuos e valendo-se das armas da intriga e da calúnia.”

Em São Paulo se fazia uma “guerra” em nome da “causa sagrada da liberdade”. Mas no momento em que surgem ameaças às estruturas básicas da sociedade, desaparecem os jargões, ficando bem claro que a liberdade é privilégio de uma certa classe. Aí transparece a outra face da dominação: a prática repressiva, a violência configurada nas perseguições e prisões dos representantes da classe operária.

